

Em resposta às contestações da Prova de Português, encaminhadas pela equipe de Professores de Português do Contato, informamos:

QUESTÃO 07

Argumentação: Não há contradição ente os itens I e II. No primeiro, se afirma que o texto D está segundo a norma padrão, o que é corretamente justificado pelo fato de tratar-se de um texto destinado à comunicação pública, concretamente, a um jornal de grande circulação. No segundo, se afirma que o mesmo texto apresenta uma linguagem “mais informal”, motivada pela leveza com que o tema é tratado, o que, de certa forma, já sinaliza para contextos também leves de circulação. Não há como esses dois itens serem contraditórios, uma vez que “estar o discurso segundo a norma padrão” não implica, necessariamente, “ser um discurso formal”. Ou seja, não há contradição no fato de um discurso ser atestado como “de acordo com a norma padrão” e, ao mesmo tempo, apresentar traços de informalidade. As duas opções não são incompatíveis: uma concerne à norma, propriamente; a outra, ao registro. Como se mostra nos itens, coexistem no texto formulações que indiciam um uso padrão da língua e formas que expressam um teor de coloquialidade (cf. diminutivos e certas unidades lexicais, sobretudo nos parágrafos 2 e 3). Ademais, vale acrescentar que o texto constitui um discurso único, uma peça só, uma voz apenas, ainda que essa voz traduza os sentimentos de outros.

A alternativa II está, portanto, correta.

Definição: contestação indeferida.

QUESTÃO 10

Argumentação: A contestação incide sobre o termo oralidade, concebido, ao que nos parece, de maneira equivocada pelos professores do Colégio Contato. Fica evidente a relação que fazem esses professores entre o oral, o “informal” e o “coloquial”. Ora, uma tal concepção de oralidade continua sendo adotada por um tipo de ensino, tradicional, que separa o oral e o escrito como realidades antagônicas. Autores como L. A. Marcuschi, W. Milanez, D. Tannen, apenas para citar alguns, vêm combatendo a visão dicotômica no que tange à relação Fala X Escrita. Propondo uma abordagem mais coerente do fenômeno, os autores concebem o oral e o escrito como duas modalidades de uma mesma língua; além disso, a relação entre ambas as modalidades se dá a partir dos usos da língua, ou melhor, a partir de um contínuo de gêneros textuais, que vão do menos formal (conversação espontânea, no caso da fala; inscrições em paredes, bilhetes, no caso da escrita) ao mais formal (exposição acadêmica ou oficial, no caso da fala; textos acadêmicos ou ofi-

ciais, no caso da escrita). Logo associar oralidade com informalidade e coloquialismo, apenas, é um procedimento injustificável diante das novas discussões sobre o ensino da língua (considere-se por “novas” as discussões que vêm se desenvolvendo há, pelo menos, 30 anos). Os PCN, inclusive, em consonância com os novos estudos lingüísticos, propõem a inserção da oralidade nas estratégias de ensino da língua materna. Certamente não será com o intuito de se ensinar a informalidade e o coloquialismo aos estudantes de Língua Portuguesa, uma vez que eles já chegam à escola dominando a língua no seu registro coloquial.

Quando nos referimos à oralidade como característica relevante na produção poética de Bandeira, valemo-nos das concepções sobre o termo, advindas da lingüística e das teorias poéticas mais atuais, entre as quais podemos citar a de Mechonic (1989). Segundo o autor, “oralidade” é muito mais do que “fala”: trata-se da forma como o discurso se organiza, que se aproxima, pelo caráter de improvisação e de espontaneidade, de um tipo discursivo da fala, mas pode se manifestar tanto na fala como na escrita. Ainda conforme o mesmo autor, a poesia moderna e contemporânea, entendida para além da oposição entre o verso e a prosa, é marcada por essa oralidade. No caso do Brasil, não somente Bandeira, mas Oswald e Mário de Andrade, Drummond, Vinícius, Manoel de Barros, entre tantos outros, apresentam uma poesia com fortes marcas de oralidade. Vê-se que se trata de uma questão retórica. Daí o destaque de um dos elementos, especificamente lingüístico: o verbo ser na função expletiva, que não deixa de ser um recurso estilístico para dar ênfase ao conteúdo do enunciado, mas que traz, em sua origem, vestígios de um uso oral (vide Oratória), como previu Casteleiro (1979), no artigo “Sintaxe e semântica das construções enfáticas com o *é que*”, citado, inclusive, por Cunha, Celso; Cintra, Lindley (1985), em sua “Nova Gramática do Português Contemporâneo”. Portanto associar a oralidade em Bandeira apenas ao registro informal da língua é, ao nosso ver, restringir demais a obra desse grande poeta.

Definição: contestação indeferida.

QUESTÃO 12

Argumentação: Os estudos narratológicos, a partir de Gerard Genette, sobretudo, discutem a pertinência do termo “narrador em primeira pessoa” e “narrador em terceira pessoa”. Do ponto de vista lógico/ lingüístico, todo narrador é, a priori, um narrador em primeira pessoa, uma vez que a voz narrativa pertence a um EU. É muito mais importante analisar a relação entre narrador e contexto diegético do que ficar atento a fórmulas do tipo narrativas em “primeira” e em “terceira” pessoas. Como classificar, então, a narrativa de “Um Apólogo”, de Machado de Assis, a partir dessas duas categorias? Percebe-se que a tarefa será árdua... A literatura não se restringe a fórmulas.

Mas, diante do que foi contestado, o foco narrativo em primeira pessoa não foi usado primeiramente por Machado de Assis. Consideremos que um aspecto lúdico presente na estrutura do romance “A Moreninha”, de Macedo, é o jogo metanarrativo: ficamos sabendo, logo no primeiro capítulo, sobre a aposta que Filipe lança a Augusto: se este viesse a se apaixonar por alguma das primas daquele, teria de escrever um romance. No final do livro, tendo Filipe cobrado o romance, pois o amigo se apaixonara por d. Carolina, Augusto afirma que seu romance já estava pronto e se chamaria “A Moreninha”. Supõe-se, portanto, que o romance que estávamos lendo pode ter sido narrado por Augusto. Certamente não dispomos de uma narrativa com o verbo em primeira pessoa, portanto passemos a outro exemplo: “Lucíola”, de Alencar, romance publicado em 1862, quase vinte anos antes da publicação das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Só para nos valer de um exemplo, tomemos o penúltimo parágrafo do romance alencarino: “Estas páginas foram escritas unicamente para a senhora. Vazei nelas toda a minha alma para lhe transmitir um perfume da mulher sublime, que passou na minha vida como sonho fugace. Creio que não o consegui; por isso fecho aqui alguns fios da trança de cabelos, que cortei no momento de dizer o último adeus à sua imagem querida”. Paulo, já no início da narrativa, começa a contar sua trajetória desde a chegada à cidade do Rio de Janeiro, em 1855, onde conhece Lúcia. O romance, portanto, apresenta foco narrativo em “primeira pessoa”.

Especificamente sobre o foco narrativo, vale salientar que a inovação machadiana se dá no uso de um narrador “em primeira pessoa”, dotado de uma certa onisciência, uma vez que a personagem-narradora já estava morta quando começou a narrar. Nos romances brasileiros, até então, não se tinha verificado este tipo de experimentalismo. Considerando que o trecho citado no enunciado 4 – 4 não explicita nenhum indício de onisciência por parte do narrador, a relação entre característica da prosa machadiana e o fragmento do livro não é justificada.

Definição: contestação indeferida.

QUESTÃO 15

Argumentação: Seria um lapso da Banca se não houvesse a presença do Frade na obra de Suassuna em questão. Concordamos com a opinião dos professores do Colégio Contato quando dizem ter sido isso um mero detalhe, afinal não seria esse lapso que prejudicaria o aluno ao responder o que está sendo proposto. Para os professores que analisaram a prova de Português, certamente não haveria sentido marcar como Falso o enunciado por ter sido trocada uma palavra por outra: seria o caso de uma “casca de banana” pouco inteligente, atitude que não tomamos nem tomaremos, pois outros conteúdos, muito além de uma questão de memória tão mesquinha, deverão orientar nossa avaliação. Em nossa opinião, todos teriam direito de questionar esse tipo de avaliação. No entanto,

gostaríamos de lembrar aos professores do Colégio Contato que o Frade se encontra na lista das personagens da peça, além de figurar na própria cena. Vejamos os seguintes exemplos, extraídos das didascálias:

a) *Curva-se profundamente e o Bispo entra pela direita, acompanhada pelo Frade. O Bispo é um personagem medíocre, profundamente enfatado, enquanto o Frade, a quem todos tratam com desprezo mal disfarçado, é a alegria e bondade em pessoa. [...] O Frade aponta o Palhaço e dispara na risada, tapando a boca com a mão, mas o Bispo olha-o severamente e o Frade baixa a cabeça, intimidado.*

(SUASSUNA, A. *Auto da compadecida*. Rio de Janeiro: Agir, 1979. p. 72)

b) *O Bispo volta-se para o Frade, fazendo-lhe um aceno majestoso e descuidado. O Frade corre para a igreja.*

(SUASSUNA, A. *Auto da compadecida*. Rio de Janeiro: Agir, 1979. p. 73)

Ele só será salvo da morte porque Severino tem medo de matá-lo e manda-o embora. Mas isso não nos faz esquecer o tom caricato como a figura do Frade foi construída. A submissão aos desmandos do Bispo torna o Frade uma espécie de “capacho”, muito comum em alguns contextos da instituição católica. Na peça, ela é estereotipada, claro, a fim de ajudar a compor a atmosfera farsesca do texto. Não é o caso, portanto, de anular o enunciado...

Definição: contestação indeferida.

Recife, 06 de dezembro de 2005
Comissão Central do Vestibular/2006